Relações entre patrimônio cultural e museus: um referencial teórico para o desenvolvimento

Douglas Brandão de
Melo¹

Rita de Cássia Moura
Carvalho²

¹ Mestrando do Programa de pós-graduação em Arte Patrimônio e Museologia pela Universidade Federal do Piauí.

E-mail: douglasbm@outlook.com

² Profa. Dra. do Programa de Pós- Graduação em Arte, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí

Relationship
between cultural
heritage and
museum: a theory
for development

<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v7n10.2016.64725>

Resumo:

Este artigo apresenta uma reflexão conceitual sobre patrimônio cultural e sua relação com museus e o desenvolvimento comunitário. A base referencial é constituída pelos teóricos Hernández (2006), Poulot (2011) e De Varine (2013), que abordam o assunto a partir de reflexões acadêmicas, teóricas, práticas, e a análise da produção científica a respeito de museu, museologia e patrimônio cultural em uma perspectiva contemporânea. Da pesquisa, conclui-se que o patrimônio cultural desempenha uma função estratégica no conhecimento do território e das pessoas, capaz de mobilizar esforços para o desenvolvimento comunitário.

Palavras-chave: Patrimônio, Cultura, Museu, Desenvolvimento.

Abstract:

This paper presents a conceptual reflection on cultural heritage and its relationship with museums and community development. The base consists of three theoretical referential: Francisca Hernandez (Spain), Dominique Poulot (France) and Hugues de Varine (France) that discuss the subject from academic, theoretical reflections, practices and the analysis of the scientific literature regarding museum, museology and cultural heritage in a contemporary perspective. The research is concluded that cultural heritage plays a strategic role in the knowledge of the territory and people able to mobilize efforts for community development.

Keywords: Heritage, Culture, Museum, Development.

1. Introdução

Este artigo de revisão é uma pesquisa documental cujo delineamento se deu através dos livros *Planteamientos teóricos de la museología*, de Francisca Hernández (2006); *Museo y museología*, de Dominique Poulot (2011); e *Raíces do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*, de Hugues de Varine (2013). Essas obras apresentam traços comuns que permitiram um diálogo acerca de conceitos trazidos pelos autores, permitindo a construção da relação entre patrimônio, museu e desenvolvimento, a partir de abstrações e citações complementares. Os livros se reportam a evoluções conceituais, exemplos e contextualizações que permitem a visualização de estudos de casos e a comparação com a realidade de cada leitor.

Da leitura, infere-se que a concepção e a definição do que seja museu está estreitamente ligada a reivindicações conjunturais e históricas de determinado tempo e lugar. Desse modo, o conceito foi sendo construído e aprimorado, conforme a assunção das características que o redefiniam, assumindo funções que atendiam e atendem às demandas específicas de diferentes épocas e espaços.

Nas últimas décadas, a ideia de museu está inserida numa perspectiva voltada para o desenvolvimento socioeconômico. Neste sentido, tanto os museus quanto a museologia social concentram suas atenções mais sobre as pessoas que sobre os objetos, as coleções, os edifícios e as atividades. Grosso modo, isso é decorrente dos desafios trazidos pela globalização, que acentuou a fragilidade social existente em muitas comunidades; entretanto, é importante fazer uma ressalva a respeito desse tema, tomando emprestadas as palavras de Hernández:

No obstante, hemos de destacar que La globalización ha tenido diversas consecuencias para dichas comunidades, puesto que algunas identidades locales se han fortalecido, mientras que otras se han desintegrado y un tercer grupo ha contribuido a la formación de unas identidades híbridas en sustitución a unas identidades nacionales que se van debilitando poco a poco (HERNÁNDEZ, 2006, p. 246).

Essa reflexão nos remete à consciência de que o patrimônio está o tempo todo se relacionando com o meio. Sobre essa perspectiva, Meneses (2012, p. 31) menciona que “o que é perverso é admitir que o regional, o nacional ou o universal, para se realizarem, esvaziem outros legítimos sentidos e práticas originais locais, que não correspondem mais a uma nova ordem de interesse”. Fala-se, aqui, de uma não negação ao acesso a valores que podem ser partilhados, e cuja partilha deveria ser incentivada.

No filme *Patrimônio Imaterial*, produzido pela TV UFOP, Márcia Sant'Anna, Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN, relata que o patrimônio é construído e faz parte da própria vida das pessoas que vão tomando consciência dele à medida que vão fazendo – é um processo, “o patrimônio é construído e a cultura é vivida”, afirma ela.

Partindo dessa suposição, a ordem paradigmática contemporânea que inspira o pensamento científico e filosófico é a vivência em busca do desenvolvimento sustentável, a fim de proporcionar, a esta e à futura geração, equilíbrio no uso dos recursos disponíveis no planeta. Esse fato tem influenciado os museólogos e estudiosos a questionarem o papel dos museus e do patrimônio dentro desse contexto.

Refletindo sobre o papel do museu na contemporaneidade e, principalmente, do patrimônio cultural, perceberemos a função-chave que ambos desempenham no processo de desenvolvimento humano. Varine (2013) é enfático em afirmar que é a partir da compreensão de patrimônio comunitário que se planeja o desenvolvimento sustentável, para que ele seja durável e não se fragilize. O patrimônio serve para a tomada de consciência daquilo que a comunidade possui, portanto, é preciso classificar, proteger e conservá-lo, identificando e utilizando-o como material disponível, dele fazendo seu objeto. Entretanto, “o desenvolvimento é ao mesmo tempo um processo durável e um fator de mudança, o que implica necessariamente destruição dos materiais que esta mudança consome. E é aí que está o dilema” (VARINE, 2013, p. 76).

Se o desenvolvimento muda as coisas, então, as pessoas também mudam? Para Poulot (2005), o estudo do museu se interessa por dimensões sociais, filosóficas e políticas, é nesse ponto que o museu e o patrimônio é estratégico na busca pelo desenvolvimento sustentável. Varine (2013) descreve o patrimônio como raízes visíveis da comunidade e do território; nesse sentido, está estreitamente ligado ao problema da (des)continuidade cultural das comunidades, que se coloca desde o momento em que o desenvolvimento se apresenta sustentável e, portanto, capaz de continuar além de seus promotores iniciais ou das circunstâncias de lançamentos.

Reiteramos que o patrimônio deve ser levado em conta no planejamento do território, para isso, deve ser utilizado e, para tanto, deve ser conhecido, respeitado, protegido e preservado. “Com essa condição, os membros da comunidade se darão conta de que o projeto de desenvolvimento é uma causa sua, deles próprios, e não apenas dos políticos” (VARINE, 2013, p. 38).

O museu se insere nessa perspectiva como um ambiente vinculado ao uso do patrimônio em suas múltiplas dimensões. Poulot (2005) aborda o mito da origem do museu, segundo a etimologia clássica, a qual nos remete a uma pequena colina, lugar das musas. Desde os primórdios, esta instituição se refere a um lugar de memória, conservação, inspiração e produção, graças a sua atividade criadora (HERNÁNDEZ, 2006); então, a metáfora “templo das musas”, embora estereotipada como edifício, ainda é inspiradora, ao considerarmos o museu como o templo do patrimônio.

A museologia e sua epistemologia são os alicerces da significação e ressignificação dos conceitos do museu e do patrimônio. Por exemplo, a respeito da dupla dimensão do patrimônio em material e imaterial, foi apenas recentemente que o caráter intangível passou

a ser considerado como objeto do museu. Como descreve Hernández (2006, p. 264):

La concepción que hoy tenemos del patrimonio es mucho más amplia y plural que en el pasado y hemos descubierto que existe una dimensión diferente del patrimonio que no necesariamente necesita de los objetos, pero que también he de tenerse en cuenta, porque está adquiriendo una gran importancia en la sociedad tecnológica donde la informática e Internet juegan un papel fundamental en la creación y difusión de nuevas formas de expresión cultural y artística (HERNÁNDEZ, 2006, p. 264).

Assim como durante muito tempo se considerava apenas o caráter tangível do patrimônio, e os museólogos se concentravam em estudá-lo conservando, preservando e, posteriormente, expondo-o, hoje o museu, a museologia e o patrimônio se caracterizam por desempenharem uma função produtiva no desenvolvimento de forma integral e integrada com ações políticas, de planejamento, educativa, lazer, preservação e crescimento econômico. Isso acontece entendendo o caminho que percorremos para chegar até aqui. Seguindo os conceitos de Varine (2013), o patrimônio é a ligadura entre o passado e o presente, e o recurso a ser usado no futuro. Da mesma forma, inferimos que o museu é uma ligadura entre o patrimônio e as pessoas.

O desenvolvimento, para que seja sustentável deve estar baseado em três eixos importantes: crescimento econômico, preservação da natureza e justiça social. Segundo Serrão *et al.* (2012), essa proposta surgiu quando os elementos considerados essenciais para o desenvolvimento de sociedades de consumo, baseados no aumento da produção industrial, passaram a ser questionados. Esses eixos foram amplamente discutidos na década de 1980, quando foram sistematizados no relatório “Nosso Futuro Comum (ou Relatório Brundtland)”, instituído em 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, da Organização das Nações Unidas.

Portanto, é necessário compreender os conceitos-chave sobre museu, museologia e patrimônio, no âmbito do desenvolvimento sustentável. Como eles se relacionam nesse processo? Quais funções desempenham? Que produtos geram? De qual eixos fazem parte? São perguntas que este artigo de revisão pretende esclarecer, mirando as premissas da produção literária contemporânea.

Muitos são os desafios relacionados à gestão do patrimônio. A complexidade das relações sociais, econômicas e culturais são a locomotiva de criação e abandono do patrimônio, que em meio às diversidades étnicas e ambientais não encontram, em um único modelo, repostas e soluções que atendam a todas as demandas emanadas de seu uso e desuso. Quanto mais sistêmica for a abordagem, mais abrangente será a gestão do patrimônio, cada vez mais complexa.

2. Patrimônio e Museu: conceitos e premissas

O patrimônio é, por natureza, dinâmico, um processo em constante evolução. É o resultado, material e imaterial, da atividade criadora contínua e conjunta do homem e da natureza (FONSECA, 2009; VARINE, 2013). O homem compartilha com seus iguais e com o meio ambiente seu patrimônio privado e coletivo, seja ele uma propriedade, uma paisagem, memórias, tradições e saberes; seja a fauna, a flora, o relevo, as cachoeiras e os minérios, por exemplo. Esse patrimônio é transmitido de geração em geração, o que segundo Varine (2013, p. 27), “significa que seus herdeiros devem administrá-lo: conservar, no sentido físico do termo, não é suficiente. É preciso fazê-lo viver, produzir, transformar-se, para permanecer útil”.

Como dito anteriormente, o patrimônio é considerado estratégico na orientação do plano de desenvolvimento comunitário. O desenvolvimento cultural e a inclusão social exigirão certa ordenação territorial para que a essência comunitária não se perca. O patrimônio aproxima o indivíduo ao que ocorreu no passado com o lugar/presente, essa face do patrimônio contribui para o conhecimento da realidade, da trajetória e da identidade que representam a maneira de ser das pessoas e dá perspectivas para o futuro (HERNÁNDEZ, 2006; VARINE, 2013).

O museu não é muito diferente, embora o conceito seja mais mensurável. Em nível internacional, o Conselho Internacional de Museus – ICOM (2007), conforme seu estatuto, define que:

O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite¹.

Hernández (2006) evidencia o estudo e a análise da configuração dos discursos museológicos que nos ajudam a entender o conceito e o desenvolvimento do museu como uma instituição cultural e social, portando, política. Partindo do texto legislativo, no Brasil, a lei nº 11.904, de 2009, que estabelece o estatuto dos museus, conceitua museus como instituições, sem fins lucrativos, que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Também se enquadram nesta lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território, visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

É uma estrutura em constante evolução, “o mundo dos museus evoluiu amplamente

¹ Disponível em: <http://icom.museum/the-vision/museum-definition/> Acesso em: 26 mar. 2015.

com o tempo, tanto do ponto de vista de suas funções quanto por sua materialidade e a dos principais elementos que sustentam o seu trabalho” (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2009, p. 23). Nesse momento, é importante perguntar: qual a função do museu? Habitualmente, a definição de museu leva à enumeração de suas funções (HERNÁNDEZ, 2006), conforme expomos a seguir.

Poulot (2011) menciona cinco – colecionar, conservar, estudar, interpretar e expor. Porém, fala tacitamente de apenas três. A primeira delas é a conservação, segundo a qual é um vínculo que tem sido determinante para o nascimento e o desenvolvimento dos museus; alguns museus nasceram para evitar a dispersão e assegurar uma conservação patrimonial pública. Em seguida, traz a função de estudo e investigação, que constitui a finalidade das aquisições, os conhecimentos produzidos que culminam com a produção de catálogos e informação. Por fim, a comunicação, uma das funções mais emblemáticas do museu, pois é da exposição que ocorre a transferência de conhecimento. O patrimônio comunica, sua mensagem pode ser interpretada pelos interlocutores que a recebem. Neste sentido, ela pode ser interativa e unilateral (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2009), é a reciprocidade que estabelecerá isso.

Hernández (2006), implicitamente detecta as funções do museu através de um discurso epistemológico das principais tendências do pensamento museológico. Interessamos mencionar, aqui, a mudança do pensamento da museologia tradicional, até os dias de hoje. O museu era considerado como o fim em si mesmo e, em consequência, tendia sempre em proteger as obras e as tarefas primordiais de sua ação. No entanto, à medida que o museu é concebido como meio, as coleções do museu ganham um caráter mais racional, reflexo da influência dos fundamentos críticos Marxista-Leninista, favorecendo o desenvolvimento da ciência e a ampliação da educação cultural, estética, patriótica e ideológica do povo. Mais recente, a nova museologia acrescenta a análise sistêmica baseada na prioridade sobre as pessoas do que sobre os objetos, e a consideração do patrimônio como um instrumento de desenvolvimento da pessoa e da sociedade.

Já Varine (2013) prefere referir-se a uso do patrimônio como termo, do que à função desse. Segundo o autor, o primeiro uso é seu consumo cultural, relacionado à contemplação, fruição estética, na necessidade de conservar e transmitir. Porém, não se limita a isso, resumizando sete: estudos e pesquisas, ação cultural, educação e ensino, socialização e inserção, economia, promoção da identidade e, por fim, os serviços públicos. O autor também defende a concepção de museu como meio, um modo dinâmico de administrar o patrimônio global da comunidade humana e de seu território.

As funções descritas acima não são exaustivas; como dissemos, o próprio conceito de museu nos remete às suas funções, as constantes mudanças conceituais formam um amplo arcabouço filosófico e científico, com diversos instrumentos metodológicos que podem e devem ser usados nas diversas áreas museológicas. Essa resignificação do museu, ao longo do tempo amplia cada vez mais essa área, aglutinando outras, como ciências

ambientais, turismo, cinema, economia, etc. Cada vez mais está sendo consolidado o conceito sistêmico, o grande desafio é integrar os conhecimentos e as práticas das diversas áreas referentes ao tema.

O patrimônio é orgânico e essencialmente funcional. Pois é um organismo claramente buscando a emancipação do desenvolvimento, está em constante movimento, transformando-se e adquirindo novos sentidos e usos (HERNADEZ 2006; POULOT, 2011; VARINE, 2013). Essa noção remete à pergunta: para que nasce um museu, se o homem está o tempo todo transformando o meio? Poulot (2011, p. 16) responde categoricamente dizendo que é “el vínculo entre museo y conservación ha sido determinante para El nacimiento y desarrollo de esta institución.” Esta é uma das relações entre patrimônio e museu, a princípio antagônica, se imaginarmos o museu como um lugar que cristaliza o movimento do patrimônio.

Porém, explicitamente os autores são unânimes na afirmação de que o museu é uma declaração de significação do patrimônio, como dito anteriormente, um lugar de epifanias, de produção de conhecimento, inserção social e econômica. Concluímos que não é só um lugar de conservação mas, também, de ressignificação do patrimônio. É preciso admitir que há um risco nas mudanças inerentes ao patrimônio e, por isso, a necessidade de planejamento e gestão desse, sob pena de mudanças efêmeras substituírem ou sobreponem o acervo construído pelas gerações anteriores.

Musealizar o patrimônio é um ato capaz de mudar essa realidade, na medida em que ambos são uma porta aberta para o futuro. São espelhos que refletem o início, o fim e o meio do processo e das coisas que fazem da nossa existência o sentido em si mesma. O museu é o lugar em que sensações, ideias e imagens irradiadas por objetos e referenciais ali reunidos iluminam valores essenciais para o ser humano. Espaço fascinante no qual se descobre e se aprende, nele se amplia o conhecimento e se aprofunda a consciência da identidade, da solidariedade e da partilha (IBRAM, 2015).

Observemos que há uma estreita relação entre museu e patrimônio, e desses com desenvolvimento. Não só o museu e o patrimônio, mas também o resultante deles possui uma função social; nesse sentido, é fundamental que “algumas teorias museológicas e algumas práticas museográficas sejam um instrumento útil e eficaz de informação, de mobilização a serviço do desenvolvimento” (VARINE, 2013, p. 172).

3. Sustentabilidade do desenvolvimento

Como dito anteriormente, o desenvolvimento sustentável é uma tríade que necessariamente envolve o equilíbrio entre: crescimento econômico, preservação da natureza e justiça social – como ilustrado na imagem a seguir. Foi dito também que esses eixos foram amplamente discutidos na década de 1980, quando foram sistematizados no

relatório “Nosso Futuro Comum – ou Relatório Brundtland”, instituído em 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, da Organização das Nações Unidas.

Figura 1 - Dimensões da sustentabilidade

Fonte: Adaptado do livro: *Sustentabilidade uma questão de todos nós* (SERRÃO, ALMEIDA e CARESTIATO, 2012)

A década de 70 do século passado é conhecida como um marco sobre os debates, em nível global, da crise ambiental pela qual passamos. Foi marcada por intensas discussões sobre mudanças climáticas e meio ambiente. A conferência de Estocolmo, em 1972, na Suécia, por seu impacto na sociedade e pelos resultados obtidos, por exemplo, a criação de agências, secretarias e ministérios do meio ambiente, é um fato importante na história (SERRÃO; ALMEIDA e CARESTIATO, 2012).

Não nos pautaremos em aprofundar conceitos sobre sustentabilidade, porém, é necessário conhecer o quadro geral das dimensões do desenvolvimento sustentável, aqui baseadas no livro *Sustentabilidade: uma questão de todos nós*, de Mônica Serrão, Aline Almeida e Andréa Carestiato (2012). As autoras partem do pressuposto básico de que desenvolvimento sustentável é a capacidade de as pessoas atenderem suas necessidades, sem comprometer as das gerações futuras. Nesse livro, são destacadas cinco dimensões principais. A primeira delas é a *sustentabilidade social*, a qual objetiva a construção de uma

civilização em que haja a redução das desigualdades sociais, com equilíbrio na distribuição de riquezas para as gerações atuais. Para isso, é necessário existir a igualdade no acesso aos serviços disponíveis na sociedade.

Em seguida, temos a *sustentabilidade ecológica*, que propõe o uso dos ecossistemas com sua destruição mínima. Dessa forma, permite que a natureza reestabeleça equilíbrio de recomposição. Em suma, é a utilização dos recursos obedecendo ao ciclo natural da vida e da renovação.

Logo após, deve ocorrer a *sustentabilidade política*, cuja meta é o fortalecimento das instituições democráticas e a promoção da cidadania ativa. É imprescindível que em um projeto de desenvolvimento os diferentes grupos que compõem a sociedade devam ser levados em consideração, fazendo valer os direitos legais fundadores da democracia.

Posteriormente, tem-se a *sustentabilidade cultural*, na qual se busca o equilíbrio entre o respeito à tradição e a pesquisa por inovações tecnológicas, que são as invenções feitas com base em estudos da ciência. Deve-se prezar a pluralidade de soluções e a valorização da diversidade das culturas locais, em respeito às especificidades de cada ecossistema de cada cultura e de cada lugar.

Por fim, há a *sustentabilidade econômica*, que está relacionada à gestão eficiente dos recursos econômicos e naturais, buscando o desenvolvimento local, onde o que importa como eficiência econômica não é apenas o lucro empresarial, mas o equilíbrio econômico de toda a sociedade. A dimensão econômica da sustentabilidade representa buscar novos rumos para uma economia que possa se organizar pela base social.

As dimensões da sustentabilidade estão intimamente ligadas com o bem-estar social; enquanto houver desigualdade, haverá desequilíbrio ambiental e crise social. Não é fácil; entretanto, não é impossível. Ações e propostas estão sendo criadas e implantadas em todas as dimensões. A dificuldade está na mudança paradigmática que deve ocorrer em nível global, na tomada de consciência e mudanças de hábitos referentes ao meio ambiente.

Como o museu e o patrimônio podem ser envolvidos nesse processo? Em todas as dimensões da sustentabilidade. Um dos mais entusiastas autores contemporâneos – já mencionado anteriormente – que trata de patrimônio e desenvolvimento sustentável, é Hugues de Varine, cuja obra, recentemente traduzida para o português (2013), recebe o título *Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço da comunidade*. O livro é uma síntese de anos de atuação dele em instituições voltadas para o museu. Nas palavras do autor, “a finalidade do livro é suscitar a reflexão e a tomada de posições de que o desenvolvimento das comunidades e dos territórios é e sempre será um assunto da sociedade, que precisa estar ancorado na cultura viva e do seu patrimônio e deve, igualmente, permanecer vivo” (VARINE, 2013, p. 7).

O museu é um instrumento de desenvolvimento, se o considerarmos não no sentido

clássico, que tende a esterilizar o patrimônio para estudá-lo, protegê-lo e manipulá-lo com pretensões pedagógicas ou de consumo cultural, mas de um museu que se adapte melhor a seu tempo e às necessidades das populações (VARINE, 2013). Percebemos, mais uma vez, que o patrimônio é um laço que liga cada um em seu contexto, e que o museu está a serviço do patrimônio e, conseqüentemente, das pessoas.

Pensando sobre isso, em que consiste a importância do (re)conhecimento do patrimônio? O patrimônio é um ponto crucial no modo como se estabelece a articulação entre agências executoras de políticas sociais e os segmentos sociais envolvidos, é uma ponte entre a população e a ação desenvolvida no território. Antônio Arantes² afirma que:

Programas e políticas de educação, de distribuição da renda, de cultura entre outras – conduzidos por instituições públicas ou privadas – alcançam, com frequência, apenas parcialmente os seus objetivos. Uma das principais razões desse insucesso reside na dificuldade de se incorporar ao desenho, aos procedimentos de implementação e a avaliação dessas ações, os interesses e projetos das populações-alvo e estimular a sua capacidade de tomar decisões e de se articular estrategicamente (ARANTES, 2005, p. 9).

As formas pelas quais habitantes e agentes de desenvolvimento se relacionam podem ser diversas e com diferentes interesses envolvidos, porém, duas soluções são apresentadas por Varine (2013), na tentativa de articular desenvolvimento com o grupo social: o *museu-território* e o *museu comunitário*, em que ambas são consideradas expressão do território e da comunidade, respectivamente, a qual se caracteriza pelo compartilhamento de uma cultura viva, de modos de vida e atividades comuns. Nesse sentido, o museu é encarado como filosofia em que as pessoas se reconhecem e são identificadas, favorecendo, assim, o protagonismo social.

Hernández (2006, p. 170) fala que nesse tipo de museu – no seu texto descrito como “nuevo museo”, o passado, o presente e o futuro devem contemplar-se em uma perspectiva aberta, capaz de ir criando novos horizontes, carregados de sentido e de possibilidades, sempre distintas e complementares. São justamente estes aspectos socioculturais e políticos que convidam a sociedade a descobrir sua identidade, a assumir responsabilidades e se comprometer, de maneira incondicional, a desenvolver o futuro dentro do seu próprio território. Para servir para o desenvolvimento sustentável, o patrimônio deve ser considerado como um todo (VARINE, 2013). Nesse aspecto, ações isoladas do contexto e das pessoas tendem a se desgastarem com o tempo; contudo, o patrimônio é a matéria renovadora indissociável do desenvolvimento. Nós outros acreditamos que “sobre los museos pesan también otras demandas en termos de contribución a la ordenación del territorio, al auge del turismo, a la reducción de las desigualdades culturales y a la integración social” (POULOT, 2011, p. 113). O que de fato deve ocorrer é um fortalecimento

² Arantes é antropólogo e professor doutor pela universidade de Cambridge. Foi presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

da ajuda mútua entre patrimônio e sustentabilidade, em que ambos preencham suas fragilidades. A figura a seguir, retirada de Hernández (2006, p. 171), ilustra a proposta do novo museu:

Fig. 16: Componentes del museo tradicional (a) y del nuevo museo b) (Rivard, 1984).

Figura 2 - O novo museu

Fonte: Planteamientos teóricos de la museología. (HERNÁNDEZ, 2006)

4. A face imaterial patrimonial: oralidade e transmissão cultural

“Todo desenvolvimento local é fator de mudança, toda mudança é perturbadora para a comunidade” (VARINE, 2013, p. 231). Sem entrar no mérito da discussão, se são positivas ou negativas, é tendencioso que essas mudanças, como foi afirmado por Coli (1995), trazem manifestações efêmeras que se não forem bem trabalhadas entram em conflito com o que é considerado tradicional. O patrimônio vai “contrabalançar” (VARINE, 2013, p. 213) a violência dessa mudança. É importante, nesse processo, que a memória viva seja valorizada e transmitida aos jovens.

Já foi dito que apenas recentemente o patrimônio intangível passou a fazer parte da pauta de discussões entre os especialistas do patrimônio, nomeadamente professores, pesquisadores e agentes representantes do setor público e privado. A dupla dimensão do patrimônio material e imaterial também mudou de perspectiva ao longo da história, durante muito tempo, o conceito de patrimônio era refletido, quase exclusivamente, naquelas manifestações de caráter tangível. Essa definição reducionista não contemplava manifestações orais, as práticas sociais e as técnicas artesanais tradicionais, que refletem a cultura própria das comunidades humanas, faltava o que Hernández (2006, p. 265) chama de uma “visão global e antropológica” do patrimônio.

Contudo, alguns autores propõem um modelo no qual não há uma distinção entre patrimônio material e imaterial. Ora, entre eles há uma inter-relação que não é fácil distinguir, pois “el patrimonio intangible, para su conservación, debe manifestarse en algo visible” (HERNÁNDEZ, 2006, p. 265). Ulpiano Meneses (2012, p. 31), ao propor uma revisão de premissas, defende que as diferenças não são “ontológicas,” de natureza, mas basicamente operacionais:

O patrimônio cultural tem como suporte, sempre, vetores materiais. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez, todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se (MENESES, 2012, p. 31).

Continuado o raciocínio do autor, notamos que essa característica de ambivalência é fundamental no trato das políticas culturais de salvaguarda, pois não é eficaz, por exemplo, tomba um sítio histórico de edificações, sem considerar a “dimensão imaterial de significado e valor” (MENESES, 2012, p. 31). A classificação do patrimônio nesses termos é importante no sentido de encontrar mecanismos metodológicos para identificação e preservação dele.

Um desafio é colocado, ao se propor a salvaguarda do patrimônio: como envolver as dimensões materiais e imateriais inerentes a todo objeto ou fato? Para fins didáticos, restringiremo-nos ao patrimônio de natureza imaterial, pela recente evidência dada pelos autores, ao tratarem do assunto. Para efeito de classificação, Hernández (2006, p. 266) esquematiza a manifestação do patrimônio imaterial nos seguintes âmbitos:

- a- Tradições e manifestações orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- b- Artes de espetáculo;
- c- Usos sociais, rituais e atos festivos;
- d- Conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo;
- e- Técnicas artesanais tradicionais.

Segundo Vianna e Salama (2012), a política para o patrimônio imaterial é relativamente recente em todo o mundo, tendo sido consolidada no ano 2003, a partir da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, da Unesco. As autoras consideram que:

No Brasil, o marco legal está nos Artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, os quais, no ano 2000, foram regulamentados pelo Decreto nº 3.551. Esse decreto institui o registro como instrumento análogo ao tombamento, no que diz respeito ao reconhecimento e à proteção dos bens culturais de natureza imaterial, e cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) (VIANNA e SALAMA, 2012, p. 68).

Seguindo as diretrizes legais e do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, o primeiro passo para o registro é promover a identificação e documentação das expressões culturais tradicionais, que podem ou não ser feitas através de uma metodologia própria de coleta e sistematização de informações, chamada Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Após esse processo, inicia-se a formulação dos planos de salvaguarda e da criação dos conselhos gestores, ambos necessários para o encaminhamento das ações de salvaguarda (VIANNA e SALAMA, 2012).

Fora isso, é importante considerar que em alguns casos se instaura a etapa de instrução de registro, a partir da iniciativa dos grupos sociais detentores desses bens. Outro ponto importante é o fato de pessoas e instituições engajadas com a questão patrimonial desenvolverem trabalhos de registros desses bens por iniciativa própria.

Isso porque hoje o acesso à tecnologia permite o registro de bens de natureza imaterial em mídias digitais. Por exemplo, as manifestações orais, rituais e atos festivos, que a princípio existem apenas na memória e utilizam as cordas vocais como vetor material de comunicação, ou seja, não possuem, além disso, um produto material resultante, podem facilmente ser documentadas em vídeos e, posteriormente, transcritas em livros.

Obviamente que o uso de tecnologia para registrar e preservar a memória do patrimônio imaterial não é e não pode ser considerado o fim em si mesmo, e também não

pode ser uma ação isolada de outras, não se pode deixar de lado princípios já descritos anteriormente neste artigo. O registro através do cinema documentário é uma contribuição, um meio de se alcançar a materialização do universo imaterial do patrimônio. Ao refletir sobre esse aspecto, percebe-se que a tecnologia, tão presente no cotidiano das pessoas, pode fazer um papel de mediação entre a presente e a futura geração, fortalecendo o vínculo existente entre ambas.

Retomando a discussão do tópico anterior, para Poulot (2011), o patrimônio imaterial tem se convertido em um ponto crucial no jogo dialético entre as recomposições territoriais e a invenção de políticas culturais novas, concebidas a partir dos recursos existentes no território. A legitimidade da conservação do patrimônio imaterial encontra apoio na legislação e na ciência. Sobre essa última, Poulot (2011, p. 92-93) comenta que:

La relación científica con el patrimonio inmaterial se inscribe en esta perspectiva de una lectura de las construcciones, de la identidad y de las tradiciones, entre continuidad de intenciones y desplazamiento de los horizontes de referencia. Vienen muchos casos a añadirse a dispositivos ya existentes, que, a veces desde hace cerca de dos siglos, vienen haciéndose cargo de los bienes materiales, muebles e inmuebles, marcos e instrumentos de estas producciones espirituales (POULOT, 2011, p. 92-93).

O autor ainda acrescenta que as fragilidades do patrimônio imaterial são evidentes, nesse sentido, reiteramos a importância de se buscar instrumentos metodológicos e práticos para sua preservação e continuidade. Por esta visão, o vídeo documentário oferece a oportunidade de tornar evidente um fato social como conteúdo central, é o que se chama de “dar voz ao ‘outro’ desconhecido” (LINS e MESQUITA, 2008, p. 21).

É preciso compreendermos o que Bill Nichols explicita em seu livro *Introdução ao documentário* (2005), quando fala que os filmes documentários representam uma determinada visão do mundo, uma visão com a qual talvez nunca tenhamos nos deparado antes, mesmo que os aspectos do mundo nela representados nos sejam familiares. Julgamos uma reprodução por sua fidelidade ao original – sua capacidade de parecer com o original. O autor ainda afirma que “esperamos mais da representação que da reprodução” (NICHOLS, 2005, p. 48).

O questionamento descrito neste tópico deriva da preocupação da fragilidade das mudanças inerentes ao processo de desenvolvimento descritas já no início do tópico, e do que Varine (2013, p. 152) comenta sobre patrimônio imaterial: “como é pouco visível, é importante encontrar os meios de fazer surgir”. Notamos que patrimônio é “más que objetos y monumentos, es la expresión del sentir de los pueblos, de sus relaciones con el mundo que los rodea...” (HERNÁNDEZ, 2006, p. 272).

Essas ideias vão ao encontro das tendências do documentário contemporâneo. O filme “Nós que aqui estamos por vós esperamos” (1999), de Marcelo Masagão, é uma

produção ensaística “na qual o diretor destaca biografias reais, insere ficções, inventa personagens, retira-os do anonimato das ‘atualidades cinematográficas,’ dando-lhes origem e destino” (LINS e MESQUITA, 2008, p. 15).

Percebe-se uma busca pela construção do autorretrato de pessoas que constituem o cotidiano comunitário. Nessa perspectiva, o filme *Santo forte* (1999), de Eduardo Coutinho, contribui dando importância em um aspecto de filme em espaço restrito, em uma “locução única”, que permite estabelecer relações complexas entre o singular de cada personagem, de cada situação. Portanto, “filmar em um espaço delimitado e dele extrair uma visão que evoca um ‘geral’, mas não o representa nem o exemplifica” (LINS e MESQUITA, 2008, p. 18) é um fundamento que orienta o primeiro passo para o registro, promovendo a identificação e documentação das expressões culturais tradicionais.

Conclusões

Relacionar museu, patrimônio e desenvolvimento é uma tarefa que exige primeiramente a consolidação conceitual desses termos, para a partir daí encontrar traços que se ligam em uma única teia. As leituras conduziram ao dimensionamento de cada um, permitindo o intercambiamento necessário para construir a relação existente entre eles.

Foi visto que o vínculo existente entre museu e patrimônio – a conservação – tem contribuído para a declaração de significação entre ambas. Além disso, eles desempenham uma função estratégica no conhecimento do território e das pessoas, capaz de mobilizar esforços para o desenvolvimento comunitário.

O desenvolvimento, para que seja sustentável deve ter como horizonte o crescimento econômico, preservação da natureza e justiça social. Não podemos perdê-los de vista, o que se busca realmente é o bem-estar social. Desse modo, o patrimônio é considerado como matéria, uma ponte que liga o projeto de desenvolvimento à população-alvo.

Por fim, foi visto que o desenvolvimento traz mudanças sociais e culturais que podem ser positivas, mas também podem ser devastadoras; o patrimônio, no entanto, é o contrabalanço (VARINE, 2013) que protege a comunidade contra essas mudanças. É preciso compreender o patrimônio amplamente, pois toda manifestação imaterial do patrimônio possui algum vetor material que o permite realizar-se, e todo patrimônio material possui uma dimensão imaterial de significado e valor. Portanto, mecanismos que visam proteger o patrimônio devem considerar que o patrimônio possui uma dupla dimensão: material e imaterial.

As considerações trabalhadas neste artigo são frequentemente ampliadas por estudantes, curiosos, profissionais e especialistas que se deparam com elas no seu

enfrentamento cotidiano. É preciso cada vez mais aprofundá-las, ao ponto de serem presentes e frequentes nos projetos de desenvolvimento comunitário. Esses projetos precisam incorporar o patrimônio cultural, e esse, por sua vez, incorporar as mudanças do processo de desenvolvimento numa relação de equilíbrio.

Artigo recebido em 08/07/2016

Artigo aprovado para publicação em 28/08/2016

Referências

ARANTES, Antônio Augusto. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. In: *Caderno de Estudos do PEP*, ano IV, n. 7, COPEDOC/IPHAN-RJ, 2005.

BRASIL. *Lei nº 11.904*, de 14 de janeiro de 2009.

COLI, Jorge. *O que é Arte?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Ver. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

HERNÁNDEZ, Francisca H. *Planteamientos teóricos de la museología*. Espanha: editora Trea, 2006. Disponível em: <http://icom.museum/the-vision/museum-definition/> Acesso em: 26 mai. 2015.

<http://www.museus.gov.br/os-museus/> Acessado em 26 maio 2015.

LINS, Consuelo; MESQUITA, Claudia. *Filma o Real*: sobre o documentário brasileiro contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN. *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural*: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39. (Anais; v.2, t.1).

“Patrimônio Imaterial” - TV UFOP, disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=S2ePvIcSsH0>

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Campinas, SP: Papirus, 2005.

POULOT, Dominique. *Museo y Museologia*. Madri: editora ABADA. 2011.

SERRÃO, Mônica; ALMEIDA, Aline; CARESTIATO, Andréia. *Sustentabilidade uma questão de todos nós*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012.

VARINE, Hugues de. *As Raízes do Futuro: O patrimônio a serviço do Desenvolvimento Local*. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VIANNA, L. C. R.; SALAMA M. R. L. Avaliação dos planos e ações de salvaguarda de bens culturais registrados como patrimônio imaterial brasileiro. In. CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: pesquisa e formação*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.